

NEOLIBERALISMO, AMBIENTE E O PAPEL DOS EDUCADORES : ENTRE A REPRODUÇÃO E A AUTONOMIA

NEOLIBERALISM, ENVIRONMENT AND THE ROLE OF EDUCATORS: BETWEEN REPRODUCTION AND AUTONOMY

Gustavo Ferreira da Costa Lima¹

RESUMO

O presente ensaio visa discutir as relações entre os contextos globais contemporâneos, seus impactos sobre o meio ambiente e reflexos sobre a prática dos educadores, em geral, e, em especial, dos que se voltam à educação ambiental. Para nortear essa reflexão, elegeram-se três grandes eixos temáticos e problemáticos que têm ameaçado a qualidade de vida humana e não humana que são o neoliberalismo, a crise climática e a aceleração temporal dos processos e relações sociais, decorrentes de mudanças econômicas e tecnológicas nos sistemas e relações de produção vigentes. Para problematizar os temas sugeridos, propõe-se um diálogo com a literatura referente às temáticas consideradas, com o instrumental da Ecologia Política, com a Teoria da Complexidade e com a Educação ambiental crítica. A reflexão empreendida, considera que o desenvolvimento recente do capitalismo global tem produzido um conjunto de crises que ameaça a integridade da biosfera, a possibilidade da democracia, como pacto mediador dos conflitos e das relações socioambientais e o exercício de um pensamento e conhecimento críticos, capazes de emancipar os indivíduos e as coletividades das múltiplas formas de opressão que se abatem sobre eles. Diante desses contextos adversos, as alternativas que se colocam apontam para a resistência, a renovação dos laços de solidariedade e a construção de ações afirmativas de defesa dos direitos e da vida humana e não-humana.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Meio ambiente. Educação ambiental.

ABSTRACT

The current essay aims to discuss the relations between contemporary global contexts and its impacts on the environment and on the practice of educators, in general, and, especially, on those engaged with environmental

¹ Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais-DCS e do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PA, Brasil. E-mail: gust3lima@uol.com.br

education. To guide this reflection, were elected three main thematic fields that have threatened the quality of human and non-human life which are the neoliberalism, the climatic crisis and the acceleration of time in processes and social relations resulting from economic and technological changes in current relations of production. To discuss the problem mentioned the essay dialogues with thematic literature, Political Ecology contributions, Complexity theory and with Critical Environmental Education. The debate undertaken considers that the recent development of global capitalism has caused a set of crisis that threaten the integrity of biosphere, the possibility of democracy as a covenant regulator of socioenvironmental conflicts and the exercise of critical knowledge and thinking able to emancipate individuals and collectivities of several forms of oppression that weigh down on them. In light of these adverse contexts, the alternatives on offer points to the resistance, the renewal of solidarity ties and the building of affirmative actions to defend rights and life of human and non-human beings.

Keywords: Neoliberalism. Environment. Environmental education.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio visa discutir as relações entre os contextos globais contemporâneos, seus impactos sobre o meio ambiente e reflexos sobre a prática dos educadores em geral e, em especial, dos que se voltam à educação ambiental.

A educação e a escola são instituições condicionadas pelas sociedades e relações sociais nas quais existem e se desenvolvem. Isso quer dizer, que não dispõem de uma autonomia absoluta, mas apenas relativa, de expressar suas visões de mundo, seus valores e orientações pedagógicas. Os educadores, no interior dos espaços onde trabalham estão, assim, sujeitos a condicionantes políticos, filosóficos e epistemológicos, ainda que, em meio a tais ordenamentos disponham de relativa autonomia para escolher os caminhos que julgam os mais justos para seus alunos, para si mesmos e para o ambiente socioambiental no qual estão inseridos. Vivem, portanto, quando conscientes de tal possibilidade, o dilema de se posicionarem a favor da reprodução da ordem e tendências dominantes na sociedade ou, contrariamente, em defesa da autonomia dos indivíduos e da transformação da ordem hegemônica.

Os diagnósticos sobre a modernidade avançada são múltiplos e contraditórios. Da perspectiva dos grupos no poder e dos analistas neoliberais que os legitimam, tudo parece "dentro da ordem". O capitalismo mantém o dinamismo da acumulação dos capitais investidos

e de renovação contínua dos padrões de eficiência e produtividade; o trabalho e os sindicatos enfrentam uma das mais severas crises de sua história, com crescente perda de direitos sociais, via reformas trabalhistas, avanço da terceirização e do trabalho precário, acelerado desenvolvimento e desemprego tecnológico que resultam em escasso poder de barganha e de defesa de seus interesses, com variações relativas nos diversos países (LIMA, 1995; BRAGA, 2017; SENNET, 2014). Essa livre expansão de um capitalismo sem controles tem aprofundado a concentração de renda e riqueza, as desigualdades e a exclusão sociais (OXFAM, 2017a; OXFAM, 2017b). Isso, para o capital não é propriamente um problema porque, por um lado, confirma o crescimento exponencial das taxas de lucro e, por outro lado, cria uma exército de desempregados dispostos a aceitar qualquer acordo salarial e condição de trabalho que se lhes ofereça. Mas, como a realidade é contraditória, isso também significa, maior instabilidade social, maior potencial de conflitos, além de menor poder aquisitivo e de consumo nas mãos dos trabalhadores, elementos que, direta ou indiretamente, comprometem a reprodução econômica do capital. Sabe-se que, a retração do consumo e a instabilidade social são processos adversos à expansão do capitalismo. Essa ameaça é tal que os temas da desigualdade social e do desemprego presente e, sobretudo, futuro em decorrência da *Quarta Revolução Industrial*, têm preocupado os sócios do Fórum Econômico Mundial de Davos e do FMI, que representam a elite do capitalismo mundial (EL PAÍS, 2017; BBC BRASIL, 2017; CARTA CAPITAL, 2016). As crises ambiental e climática também aparecem como um dos eixos do Relatório de Riscos Globais de Davos, ainda que se saiba que o tratamento dispensado pela elite mundial ao tema se expresse através de um repertório evasivo que inclui o negacionismo frente ao aquecimento global, a crença na ecoeficiência e nas respostas tecnológicas, as promessas da Economia verde e os apelos ao mecanismos de mercado (SOLOW, 2000; ABRAMOVAY, 2012; LIMA, 2017). Se algo vai mal para esse bloco de atores é o fato de ainda existir Estado e regulação demais, políticas públicas e sociais demais, direitos humanos e impostos demais e capitalismo de menos². Esse retrato, ainda que pareça uma caricatura não é (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

2 Em recente reunião na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Nova York, para explicar aos investidores norte-americanos a Reforma trabalhista do Governo Temer e seus efeitos, representantes de firmas de advocacia que defendem interesses estrangeiros no Brasil foram surpreendidos com as queixas dos investidores norte-americanos que queriam um pacote trabalhista ainda mais severo e adverso aos trabalhadores brasileiros. Constataram, em conjunto, que o Brasil ainda não é um país capitalista! (Folha, 2017).

Há, por outro lado, um amplo conjunto de pensadores e analistas que percebem o mundo atual como um cenário de policrises que afetam gravemente o trabalho, a justiça social, a educação, o meio ambiente, a ética e os valores humanos, a saúde humana, a democracia, a política, a participação social e a cidadania, a qualidade das instituições sociais e as comunidades e populações tradicionais, entre outros fatores. Ou seja, entendem que a atual crise contemporânea é plural, civilizatória e de elevada complexidade, não podendo, portanto, ser superada com reformas cosméticas e setoriais na sociedade e na gestão do ambiente (ALTVATER, 1995; O'CONNOR, 1998; LIPIETZ, 2002; BAUMAN, 2003; ESCOBAR, 2005; RIST, 2006; MARTINEZ-ALIER, 2007; ACSELRAD; MELO, 2009; ROCKSTRÖM et al., 2009; HARVEY, 2012; ABRAMOVAY, 2012; MOORE, 2016).

Trata-se, portanto, de refletir e discutir como todos esses contextos críticos globais impactam a sociedade, o ambiente e o papel dos educadores ambientais e o desafio de construir um mundo mais justo, digno, inteligente, responsável e solidário.

Para nortear essa reflexão elegeram-se três grandes eixos temáticos e problemáticos, que têm ameaçado a qualidade de vida humana e não-humana, que são o neoliberalismo, a crise climática e a aceleração temporal dos processos e relações sociais resultante das mudanças econômicas e tecnológicas nas relações sociais e de produção vigentes.

Para problematizar os temas sugeridos, propõe-se um diálogo com a literatura referente às temáticas consideradas, com o instrumental da Ecologia Política, com a Teoria da Complexidade e com a Educação ambiental crítica.

A teoria da complexidade é um recurso útil para a superação dos reducionismos e disciplinaridades ainda presentes nos debates contemporâneos, porque permite a inclusão das noções de multidimensionalidade, de interdisciplinaridade, de abertura e de incerteza, indispensáveis à abordagem dos problemas socioambientais da atualidade (MORIN, 1996).

A Ecologia política incorpora à compreensão e análise dos problemas ambientais elementos muitas vezes excluídos por uma ciência ambiental de ênfase ecológica, como é o caso dos conflitos sociais, dos modelos de desenvolvimento adotados, dos padrões de produção e consumo praticados, da ética e dos valores culturais,

dos estilos de vida e consumo dominantes, do tipo e característica das instituições sociais, do resgate histórico dos fenômenos, da intensidade da democracia e da participação social e do alcance das políticas públicas, entre outros elementos (LIPIETZ, 2002; LITTLE, 2006).

A educação ambiental crítica, por sua vez, aplica ao campo educacional alguns dos elementos mencionados nos paradigmas de análise acima, quando recupera a noção de multidimensionalidade e o combate aos reducionismos, a consideração da política, da ética e da cultura na compreensão dos problemas ambientais e educativos, mas também o reconhecimento do educando enquanto sujeito criador de conhecimento e capaz de pensar com autonomia sobre sua experiência vivida, sua presença no mundo e seus potenciais de emancipação. Reage, portanto, ao tom apolítico, normativo, conteudista e comportamentalista daquilo que a literatura convencionou chamar de Educação ambiental conservacionista (CARVALHO, 2004; LOUREIRO, 2004; LIMA, 2009; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

O ensaio se estrutura em cinco seções, incluindo a introdução. Na segunda seção se detém sobre o processo de globalização neoliberal, seus significados e implicações sobre o ambiente e a educação ambiental. Na terceira, discute a complexidade da crise climática, seus impasses e ameaças socioambientais. Na quarta seção, trata do problema da aceleração temporal e de suas consequências mais visíveis sobre a degradação humana e ambiental. Na quinta e última sessão, à título de conclusão discute os efeitos das mudanças globais sobre o processo educativo.

1 A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O neoliberalismo é um projeto filosófico, político e econômico, surgido na primeira metade do século XX, para reeditar e adequar as ideias do liberalismo clássico ao contexto de um Estado de Bem-estar social e de um mundo que se globalizava. Sua inspiração teórica vem de ideólogos liberais e conservadores como Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman e sua defesa do livre mercado, da estabilidade monetária e fiscal, da redução do Estado e de toda regulação governamental sobre a economia e as finanças, do combate sistemático à organização, direitos e leis do

trabalho; da retração dos gastos com políticas sociais voltadas à educação, saúde pública, habitação popular, agricultura familiar e previdência social e da privatização das empresas estatais em setores estratégicos de infraestrutura como siderurgia, energia, petróleo, gás, água e mineração, entre outros (ANDERSON, 1995; IANNI, 1998; BOURDIEU, 1998). Trata-se, assim, de uma estratégia global de recuperação dos lucros das empresas capitalistas rebaixados por ocasião da crise econômica mundial dos anos 1970, que teve como vetores principais a crise fiscal do Estado de Bem-estar social, as crises do petróleo induzidas pelos países produtores no Oriente médio, a organização e força dos sindicatos nas economias centrais, neste período, e a perda de produtividade do modelo fordista de produção industrial. Nesse sentido, o neoliberalismo representou o braço político do processo de reestruturação global do capitalismo, atuando na flexibilização das leis e direitos trabalhistas e promovendo a revolução tecnológica na informática, na robótica, na microeletrônica, na comunicação, nos transportes e nas técnicas gerenciais que possibilitou a figura do crescimento sem emprego e abriu caminho ao processo de globalização econômica (DRUCK, 1999).

Os efeitos diretos dessa estratégia se refletiram no desemprego, na precarização do trabalho, no achatamento salarial, na concentração de capital, na elevação da desigualdade social e da injustiça ambiental, no abandono das políticas públicas, entre as quais, as ambientais e educacionais; no avanço sobre o patrimônio e os recursos naturais através do agronegócio, da mineração, da exportação para a periferia da industrialização pesada, da reconcentração demográfica e produtiva nos espaços urbanos e da generalização de um padrão de consumo intensivo. A convergência desses fatores se traduziu, inevitavelmente, na expansão do desmatamento, no uso abusivo de agrotóxicos, na perda de biodiversidade, na geração exponencial de resíduos sólidos, no crescimento descontrolado das cidades e na maior incidência de eventos climáticos extremos, entre outros impactos. Representou também aumento de pressão sobre áreas antes reservadas à conservação, à agricultura de alimentos e à sustentação de populações tradicionais. Deduz-se, portanto, que o arranjo político-econômico neoliberal beneficiou desproporcionalmente o capital privado, em especial, o capital financeiro, e produziu

efeitos regressivos sobre o Estado, a democracia, a cidadania, a participação, os direitos sociais e ambientais.

Do ponto de vista cultural, o tipo de sociabilidade orientada pela díade economia/tecnologia e, expurgada de dimensões éticas, ensejou uma cultura pragmática, imediatista, individualista, competitiva, consumista e de descartabilidade (HARVEY, 2012; BAUMAN, 2003). Ao estimular esse *ethos* de mercantilização sistêmica, o neoliberalismo promoveu um ambiente cultural de abandono de valores e práticas indispensáveis à vida humana e não-humana como a solidariedade, a responsabilidade, a cooperação, o cuidado com os bens públicos, a tolerância e da temporalidade de longo prazo. Do ponto de vista ambiental, essa cultura de descartabilidade e consumo agravou problemas preexistentes de poluição e resíduos sólidos com todas as suas implicações.

Para Bourdieu (1998, p. 4) o legado do neoliberalismo tem elevados custos socioculturais ao promover as desigualdades sociais, a mercantilização da cultura, a erosão da solidariedade, da coletividade e dos bens públicos, o darwinismo social e um *ethos* hobbesiano do todos contra todos:

“O mundo está aí, com os efeitos imediatos visíveis da implementação da grande utopia neoliberal: não só a pobreza de um segmento cada vez maior das sociedades economicamente mais avançadas, o crescimento extraordinário das diferenças de ingressos, o desaparecimento progressivo de universos autônomos de produção cultural, tais como o cinema, a produção editorial, etc. através da intrusão de valores comerciais, mas também e sobretudo através de duas grandes tendências. Primeiro, a destruição de todas as instituições coletivas capazes de contrariar os efeitos da máquina infernal, primariamente as do Estado, repositório de todos os valores universais associados à ideia do reino do público. Segundo, a imposição em todas as partes, nas altas esferas da economia e do Estado tanto como no coração das corporações, desta espécie de darwinismo moral que, com o culto do vencedor, educado nas altas matemáticas e em salto de grande altura (*bungee jumping*) institui a luta de todos contra todos e o cinismo como a norma de todas as ações e condutas.

Pode-se, portanto, deduzir que os objetivos, as estratégias e efeitos sinérgicos do neoliberalismo incidem, regressiva e, simultaneamente, sobre a degradação social, ambiental e educacional, porque reduzem o orçamento governamental para as políticas públicas e sociais nas áreas trabalhista, do emprego e da renda, da gestão ambiental, da educação, da saúde, do investimento em inovação científico-tecnológica, da agricultura familiar e da segurança alimentar; e porque desmonta as políticas educacionais existentes, reduz a participação social e cidadã e amplia as desigualdades sociais.

Do ponto de vista socioambiental e também da educação, a experiência política recente do Brasil é um exemplo que ilustra à perfeição, as implicações e retrocessos da implantação de um projeto neoliberal de alta intensidade. Refiro-me, aos fatos ocorridos no país, desde maio de 2016, quando Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República, após o, no mínimo controverso, impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Os reflexos dessa guinada neoliberal se verificam, tanto do ponto de vista objetivo, quanto da perspectiva subjetiva ou simbólica.

Objetivamente, o governo Temer impôs limites ao gasto público através da PEC 241/55 que congelou as despesas governamentais por um prazo de vinte anos, afetando diretamente áreas sensíveis como a educação, a segurança, a saúde, a agricultura familiar, a gestão ambiental, as unidades de conservação, o salário mínimo e os diversos programas sociais em um país carente e repleto de demandas (EL PAÍS, 2016).

Ambientalmente, o novo governo tem dado claros sinais de efetivação de retrocessos na gestão ambiental, através de iniciativas de flexibilização do licenciamento ambiental, da redução de unidades de conservação, da extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados – RENCA, do aumento do desmatamento em 2015 e 2016, da anistia à grilagem de terras e do aumento da violência no campo (CARTA CAPITAL, 2017).

Quando se considera o limite orçamentário instituído pela PEC 241/55 e seu cruzamento com outras reformas sancionadas pelo mesmo governo, como a trabalhista, a lei da terceirização irrestrita e a recente portaria que flexibiliza o conceito de trabalho escravo, é fácil concluir que a educação, que nunca foi prioridade no Brasil, sofreu, com essas medidas, um novo revés que impacta os

educadores, a qualidade da educação pública, a pesquisa científica e as políticas educacionais, desde a educação básica até a educação superior que afeta, sobretudo, as parcelas mais vulneráveis da população incapazes de recorrer à educação privada ou outros recursos educativos suplementares.

Do ponto de vista subjetivo, o governo sancionou por medida provisória, sem o necessário debate da sociedade, da comunidade científica e dos educadores, um projeto de reforma do ensino médio a ser implantado pelo Ministério da Educação. O projeto teve motivações controversas, quando inicialmente retirou a obrigatoriedade dos conteúdos de sociologia e filosofia do currículo do ensino médio e quando inseriu a formação técnica e profissional como área obrigatória. A suspeita dos especialistas é a de que a reforma favoreça, por um lado, um sistema de ensino dual que oferece uma formação ampla e de qualidade, que conduz ao ensino superior e, uma formação profissionalizante e técnica, que conduz ao mercado de trabalho. Ou seja, uma educação ampla para a elite e uma educação estreita e pragmática para a classe trabalhadora que, por sua condição inerente, precisa trabalhar mais cedo. Por outro lado, do ponto de vista político-pedagógico percebe-se que a reforma educacional do Governo Temer é permeável a orientações ideológicas, como as expressas pelo *Movimento Escola sem Partido* em seus esforços para restringir a liberdade de ensino e debate sobre temas políticos, religiosos e de gênero nas escolas (INESC, 2016; MANHAS, 2016; CARTA CAPITAL, 2017).

Resumidamente, objetiva e materialmente, o governo retira recursos da educação pública comprometendo a carreira do professor e a qualidade do ensino ofertado e, subjetivamente, reduz as possibilidades de uma educação autônoma e de qualidade para todos.

2 As Mudanças no Clima e seus Reflexos sobre o Ambiente

As mudanças climáticas são consensualmente reconhecidas como o principal desafio ambiental global da atualidade, ainda que elas se manifestem, articuladamente, com outros processos que contribuem para o avanço da degradação ambiental e social planetária. Atuam nessa sinergia a queima exponencial de combustíveis fósseis para fins múltiplos nos transportes, industrialização, geração de energia e calefação; o desmatamento provocado pela pecuária, pela

mineração, por grandes obras de infraestrutura, pela expansão da malha urbana e pelas emissões de metano provenientes da criação de animais, entre outros processos. O aquecimento resultante da atmosfera tem acentuado, a ocorrência de eventos climáticos extremos, os impactos e riscos sobre a oferta de água e energia, a produção de alimentos, a saúde pública, a qualidade de vida urbana, a produção econômica e os fluxos migratórios ao redor do mundo. Tais efeitos se complexificam porque atingem prioritariamente as populações mais vulneráveis, porque dificultam o combate da pobreza preexistente e porque implicam em uma urgência temporal que cresce com o aquecimento, assim como os custos para intervir sobre o problema.

As pesquisas e o debate do tema pela comunidade científica já reconhecem, com exceção dos negacionistas, que a causa principal do aquecimento registrado provém das transformações operadas pelas atividades humanas, desde o advento do capitalismo industrial e da revolução tecnológica iniciados no século XVIII (IPCC, 2007, 2014; STERN, 2006; MARENGO, 2008; GIDDENS, 2010).

Para Rockström et. al. (2009) os impactos ambientais da expansão econômica vêm ameaçando e, em alguns casos, ultrapassando os limites seguros do desenvolvimento humano no sistema terrestre. Os autores identificam nove fronteiras planetárias, ou limites biofísicos, das quais sete são passíveis de quantificação: mudança climática, acidificação dos oceanos; ozônio; ciclo biogeoquímico do nitrogênio e fósforo; uso de água doce; mudanças no uso da terra; biodiversidade; poluição química e concentração de aerossóis na atmosfera. Segundo os pesquisadores, desses nove limites, três já teriam sido ultrapassados que são o ciclo do nitrogênio, o de emissões de carbono na atmosfera climáticas e o referente à perdas em biodiversidade. Ou seja, a humanidade já entrou em uma zona de risco que ameaça a estabilidade dos ecossistemas, indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento humano (ROCKSTRÖM, 2009; ABRAMOVAY, 2012; VIOLA; FRANCHINI, 2012).

Em um campo de estudo paralelo, mas com fins convergentes, a hipótese do Antropoceno tem sido defendida por Crutzen (2002), entre outros pesquisadores (McNEILL; ENGELKE, 2014; STEFFEN, 2015; ARTAXO, 2014; PÁDUA, 2015). Essa hipótese sustenta que o Planeta Terra, desde a Revolução Industrial, transitou gradualmente do Holoceno para a “Era do Antropoceno”, dada a escala e velocidade

dos efeitos da ação humana sobre a biosfera. Ou seja, a profundidade do impacto sobre os ecossistemas terrestres, alterando a atmosfera, a biosfera, os ciclos biogeoquímicos, o clima, o estado dos oceanos e das geleiras, tem produzido consequências não apenas localizadas e setoriais, mas sistêmicas. Para esses autores, as sociedades humanas, desde a Revolução Industrial se tornaram, gradualmente, as principais forças dessa mudança global sistêmica. Outros autores, como Moore (2016), ainda que reconheçam o problema, divergem da hipótese Antropoceno porque ela responsabiliza genericamente toda a espécie humana e porque oculta as relações de poder e de classe que governam historicamente a produção da degradação socioambiental planetária. Para Moore, a exploração do trabalho, a desigualdade, a mercantilização das relações sociais e ambientais, a alienação e a violência resultantes do modo de produção capitalista têm se expandido globalmente, pelo menos desde o século XV. Considera, nesse sentido que o termo Capitaloceno é mais preciso e adequado para compreender o processo em curso.

3 A ACELERAÇÃO TEMPORAL

A aceleração temporal refere-se ao processo através do qual o sistema capitalista, em busca de maior produtividade e rentabilidade, articulou a seu favor uma estratégia econômica e tecnológica para elevar a velocidade do giro do capital investido. É um processo desencadeado a partir de meados do século XX, através de mecanismos de reestruturação produtiva como a aplicação de novas tecnologias da informação, comunicação e transportes, novos métodos gerenciais inspirados no Toyotismo que contemplam a polivalência do trabalhador, a redução do estoque de mercadorias e a produção puxada pela demanda e, por outro lado, o estímulo ao consumo de bens simbólicos ou materiais de curta duração.

O impulso ao consumo deu-se pela diferenciação de produtos disponíveis no mercado; pela multiplicação de novos serviços; pelo apelo à moda, ao uso de cartões de crédito e ao crédito ao consumidor, pela mercantilização de bens culturais, esportivos e religiosos e pela massificação da publicidade e do consumo como um novo elemento na formação da identidade dos indivíduos. (HARVEY, 2012; VIOLA; FRANCHINI, 2012; VIRILIO, 1996, 1999). Essa aceleração que se inicia no sistema de produção e consumo transborda para a esfera

sociocultural cotidiana, mediada pelas novas tecnologias e por uma cultura de efemeridade, obsolescência e descartabilidade que se estende para o conjunto das relações sociais. Por essa razão Bauman (2003) vai nomear a modernidade contemporânea de *líquida*, já que, em tais contextos, nada dura o tempo suficiente para se consolidar e ganhar uma forma estável, relativamente ao mundo sólido da sociedade industrial. Incluem-se nesse padrão de *liquidez* todos os fenômenos: mercadorias, hábitos, relações de trabalho, amizade e casamento, as identidades, o conhecimento, as instituições, as noções de tempo e espaço, de passado e futuro, as utopias e crenças estabelecidas.

Do ponto de vista ambiental, essa intensificação da produção e do consumo reflete-se diretamente na exploração de recursos naturais e na produção de resíduos, agravando a degradação preexistente.

Por outro lado, o fascínio e otimismo tecnológico, centrais na cultura pós-moderna, tendem a privilegiar as respostas técnicas em detrimento das éticas para quase todos os problemas sociais e ambientais emergentes. Isto é, o otimismo tecnológico se torna uma resposta funcional de manutenção do *status quo*, na medida em que oculta o debate sobre as saídas éticas e políticas de resolução dos problemas sociais. Ou seja, inverte-se a ordem entre meios (técnicas) e fins (ética), propondo paliativos tecnológicos para problemas de maior complexidade. Discutindo o papel da tecnologia na modernidade avançada Giddens argumenta:

“A ciência e a tecnologia costumavam ser vistas como alheias à política, mas essa visão se tornou obsoleta... A tomada de decisão nesses contextos não pode ser deixada aos “especialistas”, mas tem de envolver políticos e cidadãos. Em suma, ciência e tecnologia não podem ficar alheias ao processo democrático. Não se pode esperar que os especialistas saibam automaticamente o que é bom para nós, tampouco podem eles sempre nos fornecer verdades inquestionáveis; eles deveriam ser convocados para justificar suas conclusões e planos de ação diante do escrutínio público” (GIDDENS, 1999, p. 68-69).

Do ponto de vista educativo, o ambiente cultural de aceleração também implica na produção e no consumo de informação excessiva, numa “obesidade informacional”, muitas vezes de péssima qualidade,

prejudicial à concentração, ao aprofundamento da reflexão, à crítica e ao pensamento autônomo e favorável à reprodução do conhecimento e das ideias prontas produzidas pelas elites no poder, através das diversas mídias difusoras.

4 AS MUDANÇAS GLOBAIS E O PROCESSO EDUCATIVO

A reflexão empreendida procurou compreender, o processo de formação, nas últimas décadas, de algumas mudanças globais no interior das sociedades contemporâneas que produziram reflexos abrangentes nas relações sociais e de poder, na esfera cultural e na qualidade do meio ambiente. O ensaio deteve-se, em particular, na análise da globalização do neoliberalismo, no agravamento da crise climática e no processo de aceleração temporal decorrente da revolução tecnológica e de sua aplicação econômica.

A educação como subsistema social não poderia permanecer imune a esse conjunto de transformações, seja porque se reduzem os investimentos dirigidos ao setor, seja porque as políticas educacionais formatadas por tais processos são imbuídas de um caráter pragmático e tecnicista que prioriza a produtividade e a rentabilidade em detrimento da reflexão, da autonomia e da construção de um pensamento crítico e contra-hegemônico. Percebe-se que a educação autonomista não interessa às elites no poder, porque incita a dúvida e o questionamento sobre o status quo, faz pensar, incomoda, desestabiliza as certezas instituídas e fomenta rupturas na ordem constituída. Assim, a crítica é disfuncional à conservação social e política. Por outro lado, a existência de sinais de crises, de policrises nos diversos âmbitos da sociedade e da civilização, indica que sua superação só é possível a partir da crítica, da autocrítica e do conhecimento de suas causas fundamentais. É uma situação análoga à doença onde o tratamento se inicia pelo reconhecimento do problema e pela busca de um diagnóstico coerente. No caso, das crises sociais e ambientais a autocrítica e a crítica são os princípios do tratamento e, nesse sentido, a educação e o conhecimento reprodutivistas não têm o que oferecer. Não se pode oferecer como solução justamente aquele elemento que está na causa do problema.

A educação, resumidamente, cumpre duas funções básicas na vida social. A primeira é a reprodução da herança cultural ancestral,

em seus valores, normas, crenças e costumes fundamentais. A segunda é a função de romper e renovar a cultura hegemônica quando a sociedade, através da esfera pública, se dá conta de que ela se tornou obsoleta. E isso devido ao próprio dinamismo do processo histórico, aos avanços do conhecimento e da ciência ou à reparação de injustiças e opressões até então não reconhecidas socialmente. A emancipação da escravidão, da servidão, das mulheres, dos filhos em relação aos pais, das colônias em relação aos colonizadores são alguns processos, entre tantos outros, que exigiram mudanças culturais e educacionais para permitir o avanço civilizatório e restaurar minimamente a paz social. As contribuições da ciência através de expoentes históricos como Copérnico, Galileu, Darwin, Pasteur, Marx, Freud, Nietzsche, Einstein, entre tantos outros, também obrigaram as sociedades de sua época e as que lhes sucederam a rever seus pontos de vista e atitudes culturais em relação a temas centrais da vida humana e de suas relações sociais e ambientais. Portanto, em tempos de crise, a educação é cobrada a renovar a cultura, o pensamento, a política, as atitudes e a ética dominante. No caso da crise ambiental e climática não é possível reeditar respostas e práticas que são, elas próprias, causadoras dos problemas vivenciados, como acontece com as ideias de crescimento ilimitado, de progresso indiscriminado, de consumo de massa e de felicidade através do consumo, de desigualdade social como motor do crescimento e de mercantilização da natureza, entre outras. Sobre esse tema dizia Einstein (apud STERLING, 2001, p. 12): “Nenhum problema pode ser resolvido a partir da mesma consciência que o criou. Precisamos aprender a ver o mundo renovado”.

Essa é a contribuição particular dos autores e modelos pedagógicos autonomistas e da qual se convencionou chamar no Brasil de Educação ambiental crítica (CARVALHO, 2004; LOUREIRO, 2004; LIMA, 2009; LAYRARGUES; LIMA, 2014). Pensar, simultaneamente, com abrangência e profundidade, o que são os problemas socioambientais contemporâneos, quais suas causas principais, quais seus agentes causadores, que dimensões participam de sua formação, que concepções de mundo, de sociedade, de cultura e de educação condicionam sua origem e, a partir desse amplo diagnóstico, propor respostas, caminhos e políticas públicas capazes de atender aos desafios abertos. Naturalmente, não se trata de um processo simples nem de resposta única, há, ao contrário, reflexões

e caminhos múltiplos, justamente porque envolve a complexidade humana, cultural, psicopedagógica, a diversidade e os conflitos socio ambientais e a imensa desigualdade social da experiência brasileira que, muitas vezes, se manifesta como uma incomunicabilidade entre classes e estratos sociais. Mas, dentro de toda essa diversidade e complexidade ainda permanece a possibilidade de estabelecer prioridades éticas e políticas em torno de um projeto educativo pautado na democracia, na autonomia, na solidariedade, no acesso público a direitos sociais e ambientais, no diálogo e na participação. E, tendo em vista a situação presente e hegemônica na sociedade, na educação e no ambiente no Brasil essa pauta democrática e autonomista representa um projeto de transformação e de disputa contra o projeto conservador e excludente que tem comandado o país na maior parte de sua história, com a exceção de alguns intervalos onde as forças sociais democráticas conseguiram defender algumas conquistas fundamentais para a maioria da população.

Nesse contexto, é sempre necessário renovar os sentidos da Educação ambiental crítica. Afinal o que isso significa? A educação ambiental crítica dirige sua crítica a que? É possível tratar essa crítica como um exame abrangente do processo hegemônico de expansão capitalista que historicamente degrada a vida humana, social e ambiental através de processos de exploração do trabalho, de exclusão de direitos, de mercantilização e comoditização da vida em todos os seus domínios, de massificação e banalização da cultura que também se estende à destruição de culturas tradicionais, de produção de desigualdades crescentes e de exclusão social, de instrumentalização do conhecimento, da ciência e da tecnologia e de transformação do bens e serviços da natureza em mercadorias apropriáveis para a rentabilidade do capital. Mas, por outro lado, também é possível tratar a crítica como uma avaliação particular dos diversos campos da vida social como a educação, o meio ambiente, a democracia e as relações de poder para perceber neles seus conflitos e potenciais de emancipação. Pode-se, assim, dizer que a crítica em relação à democracia refere-se à incapacidade do sistema representativo responder, com o mínimo de legitimidade, às crescentes demandas sociais, ao reconhecimento dos direitos de cidadania e de participação dos sujeitos e à possibilidade de expandir a cidadania para além dos limites formais. Analogamente, a crítica às relações de poder se expressa contra os modos opressivos como as esferas

da sociedade política: executivo, legislativo, judiciário e partidos políticos atuam, separada ou conjuntamente, contra os interesses dos cidadãos e da sociedade civil organizada e em defesa dos interesses das elites econômicas no poder. Ou seja, falham os instrumentos de representação, atropelam-se os princípios constitucionais e os mecanismos do Estado democrático que deveriam garantir os direitos da população em nome da “liberdade do mercado” (VIEIRA, 2011). Ou seja, a crítica denuncia, por um lado, a crise de legitimidade das instituições democráticas e, por outro lado, a própria possibilidade de sobrevivência da democracia no interior de um capitalismo de alta intensidade.

Em relação ao meio ambiente a crítica dirige-se ao modo acelerado, irresponsável e voraz como o capitalismo avança sobre os bens e serviços do ambiente natural para transformá-los em mercadorias, gerando uma crise climática sem precedentes que ameaça abertamente a estabilidade da biosfera, a vida humana e não-humana (CRUTZEN, 2002; ROCKSTRÖM, 2009; PÁDUA, 2015; MOORE, 2016;).

Quanto à educação, em geral, e à educação ambiental, em particular, a crítica levanta-se contra o modo reprodutivista e conteudista de educar, que entende a relação educativa como mera transmissão de conteúdos prontos que devem ser memorizados e repetidos. Essa postura que Freire (1996) denominava de *educação bancária*, supõe um processo que é, por um lado, vertical - de cima abaixo - e, portanto, impositivo e, por outro lado, que desqualifica o educando de sua condição de sujeito de conhecimento, capaz de pensar por si próprio, julgar e tirar conclusões sobre as experiências que vivencia. Levanta-se igualmente contra o olhar reducionista afixados à educação ambiental que se expressam através do tecnicismo, do comportamentalismo, do pragmatismo e do organicismo, que limitam a complexidade do fenômeno ambiental a uma de suas dimensões, desconsiderando a necessária multidimensionalidade e historicidade que lhe são inerentes.

Importa, portanto, a educadores e educandos fazerem a leitura de seu tempo e contexto discernindo neles os sentidos de reprodução e de autonomização e os respectivos projetos político-pedagógicos que os informam e a partir dessa leitura vislumbrar as possibilidades de resistência e descoberta de caminhos e práticas libertadoras nas relações consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. *Estudos Avançados*, v. 26, n.74, p. 21-34, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100003>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (dês) ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>>. Acesso em: 07.mar.2015.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BBC BRASIL.18/01/2017. *Diante de Meirelles, diretora do FMI afirma que prioridade deve ser combate à desigualdade*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38670576>>. Acesso em: 25.jun.2017.
- BOURDIEU, P. *La esencia del neoliberalismo*. *Le Monde Diplomatique*. p 3, mar. 1998. Disponível em: <http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/rce35_11contro.pdf>. Acesso em: 03.ago.2005.
- BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CARTA CAPITAL. 09/02/2017. *Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-1990>>. Acesso em: 16.set.2017.
- CARTA CAPITAL.19/01/2017. *Após discurso de Meirelles, chefe do FMI ressalta desigualdade mundial*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/apos-fala-de-meirelles-chefe-do-fmi-pede-preocupacao-com-desigualdade>> Acesso em: 20.fev.2017.
- CARTA CAPITAL. 16/08/2017. *Retrocesso ambiental deve pôr Temer em saia-justa em conferência da ONU*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/retrocesso-ambiental-deve-por-brasil-em-saia-justa-na-europa>>. Acesso em: 10.out.2017.
- CARTA CAPITAL. 21/01/2016. *Fórum Econômico Mundial: os desafios da "Quarta Revolução Industrial"*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/forum-economico-mundial-os-desafios-da-quarta-revolucao-industrial>>. Acesso em: 15. ago. 2017.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

CRUTZEN, P. J. *Geology of mankind: the Anthropocene*. *Nature*, v. 415, p. 23, 2002.

DRUCK, M. da G. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica*. SP: Boitempo e Salvador: Ed UFBA, 1999.

EL PAÍS. 13/12/2016. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html>. Acesso em: 05.mar.2017. Acesso em: 01. mar. 2017.

EL PAÍS. 23/01/2017. Davos adverte: Protecionismo e desigualdade: principais riscos para a economia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/22/opinion/1485106238_868276.html> Acesso em: 21. Abr.2017.

ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, D. *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/090505.pdf>>. Acesso em: 05.mai.2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. 03/10/2017. Reforma trabalhista brasileira desanima investidores nos EUA. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1923788-reforma-trabalhista-brasileira-desanima-investidores-nos-eua.shtml>> Acesso em: 03.nov.2017.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, A. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2012.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. São Paulo em Perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-44, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

INESC. 23/09/2016. *Reforma do ensino médio por medida provisória é mais um golpe do governo Temer*. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/setembro/reforma-do-ensino-medio-por-medida-provisoria-e-mais-um-golpe-do-governo-temer>>. Acesso em: 26.set.2017.

IPCC AR4/SPM. Contribution of Working Group I for the Fourth Assessment Report (AR4): Summary for Policy Makers (SPM). Geneva, Switzerland: WMO/UNEP, 2007.

IPCC. Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva, Switzerland: IPCC, 2014. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2014.

LIMA, G. F. da C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

_____. Do desenvolvimento sustentável à economia verde operam-se avanços ou retrocessos? In: OLIVEIRA, M. M. D. de et.al. *Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade* [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017. Disponível em: < https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb_3.pdf>. Acesso em: 15.out.2017.

LIMA, J. C. Trabalho e reestruturação produtiva: considerações sobre a nova era. In: *Política & Trabalho*, nº 11, MCS/UFPA, João Pessoa, set/1995.

LIPIETZ, A. A ecologia política: solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, H. (ed.) *Ecologia política*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MANHAS, C. 06/07/2016. *Nada mais ideológico do que uma escola sem partido*. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/publicacoes/artigos/nada-mais-ideologico-do-que-uma-escola-sem-partido>. Acesso em: 05.out.2017.

McNEILL, J.R. and ENGELKE P. *The great acceleration: an environmental history of the Anthropocene since 1945*. United Kingdom: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

MARENCO, J. A. *Água e mudanças climáticas*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 83-96, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a06.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto. 2007.

MOORE, J. W. (Ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland, CA, USA: PM Press, 2016.

MORIN, E. (org). *O problema epistemológico da complexidade*. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

O'CONNOR, J. Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction. *Capitalism, nature, socialism*, vol.1, n. 1, p. 11-38, 1988. Disponível em: <<<http://www.vedegylet.hu/okopolitika/O'Connor%20%20Capitalism,%20Nature,%20Socialim.pdf>>>. Acesso em: 23.mai.2003.

- OXFAM BRASIL. *A distância que nos une*: um retrato das desigualdades brasileiras. Brasil: Brief Comunicação, 2017 a. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 26.out.2017.
- OXFAM INTERNATIONAL. *Una economía para el 99%*: Es hora de construir una economía más humana y justa al servicio de las personas. Espanha, 2017 b. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-es.pdf>. Acesso em: 05.nov.2017.
- PÁDUA, J. A. Vivendo no antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: Oliveira, L. A. *Museu do amanhã*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- RIST, G. Before Thinking about What Next. *Development Dialogue*, p. 70-72, 2006. Disponível em: <http://whatnext.org/resources/Publications/Volume-I/What-Next-Volume-I_art4.pdf>. Acesso em: 27.nov.2007.
- ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: Exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Acesso em: 02.fev.2010.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SOLOW, R. *Growth Theory: an explanation*. Oxford University Press, 2000.
- STEFFEN, W. et al. "The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration". *The Anthropocene Review*, 1-18, 2015b.
- STERLING, S. *Sustainable education: revisioning learning and change*. Bristol, UK: Green Books, 2001.
- STERN, N. *Stern Review*. The Economics of Climate Change, UK, 2006. 267p.
- VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio+ 20 na governança dos limites planetários. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 3, p. 01-18, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a02v15n3.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- VIRILIO, P. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.
- _____. *A Bomba Informática*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.